

Contraditório ao Relatório de Avaliação Externa do Agrupamento de
Escolas Poeta Joaquim Serra 2014-2015
da área territorial da Inspeção do Sul

1. INTRODUÇÃO

Aspetos procedimentais:

Em Conselho Pedagógico de 27 de maio de 2015 foi objeto de ponderação o direito ao **Contraditório** face à análise prévia do Relatório de AEE, tendo sido assumido esse direito previsto legalmente. Depois de ouvidos todos os coordenadores representados neste órgão, e atendendo à inexistência de voluntários para a constituição de uma equipa de trabalho responsável pela redação do **Contraditório**, os elementos que viriam a integrar a mesma preencheram dois requisitos: 1) foram propostos pela Presidente do Conselho Pedagógico, e 2) concordaram em integrar colaborativamente o grupo de trabalho designado.

Face ao exposto, e após o levantamento de informação dos diferentes órgãos deste Agrupamento, reuniram no dia 01 de junho com a Diretora deste Agrupamento, Helena Lourenço, as seguintes coordenadoras: Coordenadora do Gabinete de Avaliação Interna, professora Maria João Mendes; Coordenadora do Gabinete de Inclusão e Cidadania, professora Ana Albuquerque; Coordenadora do Plano de atividades/ação, professora Maria Madalena da Cruz; e a Coordenadora das Bibliotecas Escolares, professora Lúcia Lopes, dando lugar à elaboração do presente documento, que será posteriormente validado pela sua divulgação junto da comunidade educativa (e-mail institucional e site do [GAI](#))

Aspetos formais e operacionais

O “**contraditório**” é entendido aqui como uma etapa em que os resultados obtidos na AEE são integrados nas dinâmicas de autorreflexão, e implicam uma reação que se consubstancia numa linha argumentativa, recetiva às contribuições para a regulação deste Agrupamento de Escolas e implementação de um trabalho consequente. Nomeadamente, a validação das práticas de autoavaliação surge da consonância dos pontos fortes e áreas de melhoria já identificados pela meta-avaliação realizada pela avaliação interna, visíveis nos seus documentos, e pelo respetivo reconhecimento expresso na proposta apresentada no relatório produzido pela Avaliação Externa;

contudo, reconhece-se a necessidade de proceder a alguns esclarecimentos sobre processos e contextos, para além de considerações factuais de carácter pontual.

O **Bom** obtido nos três domínios em avaliação, e atendendo ao quadro de referência da IGEC e escala de avaliação, permitiu identificar a ação deste agrupamento de escolas *como tendo produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. E como tendo apresentado uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.*

Esta identificação, e respetiva classificação, ficam, contudo, aquém de práticas já desencadeadas pelas equipas que integram os diferentes projetos e coordenações ao nível da planificação, implementação e avaliação realizadas de um modo concertado, e que se reportam quer à coadjuvância e trabalho colaborativo em sala de aula (projeto *pré-Alicerces - Pré-escolar; Alicerces- 1.º Ciclo e + Alicerces – 5.º, 6.º 7.º e 9.º anos a Matemática, iniciado no presente ano letivo os dois últimos anos de ensino*), quer ao trabalho desenvolvido pelos Gabinetes de *Inclusão e Cidadania e Avaliação Interna*, ou ainda pela coordenação dos *projetos internacionais e bibliotecas escolares*.

Contudo, e paralelamente ao trabalho meritório desenvolvido neste Agrupamento de escolas, para o qual contribuíram igualmente os diferentes coordenadores representados em conselho pedagógico, coloca-se a necessidade de articular ciclos de ensino, com enfoque na sala de aula e nas práticas de aprendizagem, ensino e avaliação, de um modo consistente e abrangente, assentes na supervisão enquanto dimensão aglutinadora de uma articulação científica-pedagógica, e respetivamente da eficácia da escola como organização.

A relevância que se procura obter nos resultados escolares, numa dimensão académica e social, tem em vista a consolidação do lema: *Tornar-se cidadão... de um local, de uma cidade, de um país, do mundo*, dentro dos pressupostos de uma escola inclusiva, promotora de um ensino de qualidade, resulta das práticas organizacionais que se encontram em fase de consolidação extensíveis a todas as escolas, ciclos e modalidades de ensino deste Agrupamento, e das quais procuraremos dar conta nos pontos seguintes, e plano de melhoria, respetivamente.

2. CARACTERIZAÇÃO

Partindo do pressuposto de que a avaliação das escolas/agrupamentos deve incidir sobre o “valor acrescentado educativo”, tal exige, por um lado, a atualização das informações prestadas pelos alunos e famílias relativamente ao contexto socioeconómico, de modo a proceder em conformidade à inclusão no *Cluster* correto e tornar fiáveis afirmações que classificam o agrupamento como apresentando *valores das variáveis de contexto bastante favoráveis, embora não seja dos mais favorecidos;*

por outro lado, a tomada de consciência de que o currículo é mais do que o estreitamento da sua focalização numa avaliação externa dos resultados académicos (exames nacionais), internalizando o modo como *nos procuramos organizar*, como *pretendemos atuar e avaliar*, sem descurar *quem somos e onde nos localizamos*.

Assim, e de acordo com os documentos que vinculam este agrupamento de escolas ([ver PEA](#), Introdução, p. 12), a constituição deste Agrupamento resulta não da *agregação da escola secundária com o mesmo nome e do Agrupamento de Escolas Maestro Jorge Peixinho*, como se lê no Relatório da AE, ponto 2, *Caraterização do Agrupamento*, p. 2, linha 1 e 2, mas da agregação de dois Agrupamentos horizontais e de três escolas não agrupadas.

O Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra resulta assim da agregação do *Agrupamento de Escolas Maestro Jorge Peixinho* e *Agrupamento de Escolas de Afonsoeiro e Sarilhos Grandes*, e de três escolas não agrupadas: *A Escola Secundária c/3º Ciclo Poeta Joaquim Serra* (que dá nome ao agrupamento), *a Escola Básica 1.º ciclo e Jardim-de-infância do Bairro do Areias* (anteriormente integrada no Agrupamento do Montijo), e *a Escola Básica Integrada do Esteval* (nova escola integrada no parque escolar- 2010, inicialmente com 5.º e 7.º anos, e nos anos seguintes com os restantes anos e ciclos do ensino básico, incluindo pré-escolar).

O relatório de avaliação integrado no 1.º Ciclo de avaliação externa de escolas corresponde, no que se refere à Escola Secundaria Poeta Joaquim Serra, ao mês de abril do ano de 2009, e não a 2010, como se encontra citado nas linhas 8-9 do ponto 2.

3. AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

3.1. RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

Ainda que se reconheça alguma tendência para colocar o enfoque das causas do insucesso fora do eixo ensino-aprendizagem-avaliação na procura de factores explicativos, verifica-se um crescente propósito dos docentes na procura de factores intrínsecos a processos e resultados através da intencionalidade que se coloca na relação ação-reflexão, e da respetiva concertação entre uma planificação e implementação centradas na melhoria dos resultados, que os relatórios de autoavaliação dão conta.

Os projetos desencadeados já no presente ano letivo (*"Eu sou assim...por um mundo melhor"* da educação Pré-escolar, ou o projeto + *Alicerces* para a Matemática de 2.º e 3.º ciclos), bem como as propostas existentes, e/ou a integrar no plano de melhoria, ao assentarem no diálogo, confiança, partilha de experiências, reflexão conjunta,

formação pedagógica integrada nos grupos disciplinares (e.g. o curso de formação os números racionais no 1.º ciclo, que implicou a articulação e dinamização da atividade por docentes do 1.º ciclo e 3.º ciclo; o círculo de estudos o uso das TIC numa comunidade de prática de professores de matemática para docentes do 2.º, 3.º ciclos e ensino secundário), e/ou centradas na supervisão da práticas educativas em sala de aula e extensíveis a todos os departamentos curriculares, propõem-se contribuir para a superação dos pontos menos positivos identificados, e confirmados pelo relatório da AEE.

RESULTADOS SOCIAIS

A concertação que o Gabinete de Inclusão e Cidadania realiza na prevenção e intervenção no âmbito dos hábitos e de estilos de vida saudáveis, comportamentos de risco, e defesa de uma cidadania responsável e de solidariedade, com os seus parceiros externos, e o trabalho colaborativo com as direções de turma, departamentos curriculares, e bibliotecas escolares, não foi reconhecido, enquanto tal, no relatório da AEE, a saber, como o resultado de uma ação concertada e consistente, no âmbito da planificação, implementação e avaliação.

Encontra-se desvirtuado o procedimento do GIC pelo reconhecimento do *aumento das medidas sancionatórias nos últimos 4 anos*. Ora, os valores aferidos nos últimos quatro anos não correspondem a uma interpretação correta, atendendo a que os dados disponibilizados não têm em conta o *ratio* dos alunos em análise, o que invalida a asserção deduzida. Assim, o aumento do número de dias de medidas sancionatórias é equivalente ao aumento do número de alunos envolvidos, bem como ao aumento do número de alunos nas escolas do agrupamento. Em 2011/2012, e a título exemplificativo, o 5.º ano era frequentado por 191 alunos, não existindo alunos inscritos no 6.ºano (ano de abertura da Escola Básica do Esteval); em 2013/2014 existiam 249 alunos inscritos no 5.º ano, e 267 alunos no 6.º ano, respetivamente.

Reconhece-se, contudo, que os comportamentos disruptivos geradores de tensões e conflitos merecem um enfoque nas práticas educativas em sala de aula, e numa intervenção pedagógica concertada a ocorrer nos diferentes ciclos de ensino, com a intervenção direta dos grupos disciplinares e departamentos curriculares, bem como de diretores de turma e famílias, de modo a propiciar uma *comunicação não violenta* e formas de agir concordantes com os valores de uma sociedade democrática.

É igualmente neste sentido, que as dinâmicas que as assembleias de delegados e a associação de estudantes implementam no exercício de uma cidadania responsável, para além de implicar a integração nos diferentes órgãos e reuniões de carácter pedagógico e organizacional, (conselhos de turma, voluntariado no âmbito dos gabinete como o GIC, ou auscultação ao nível do GAI), deverão dar lugar a uma

articulação entre discentes, sendo este um ponto a efetivar uma intervenção concertada e planificada num plano de melhoria.

A identificação e sistematização dos alunos do ensino regular que ingressam no ensino politécnico e universitário ocorre, e é objeto de divulgação, contudo, e no que se refere ao percurso dos alunos do ensino profissional, e após a conclusão dos estudos/estágio, surgem algumas dificuldades de diagnóstico. O reconhecimento do índice de eficácia externa e impacto das aprendizagens, e respetiva concertação com a rede de oferta formativa, levanta algumas dificuldades que ultrapassam os meios que uma entidade escolar possui para identificar índices de empregabilidade, existindo dificuldades de carácter sistémico. Tal, não significa que o Agrupamento não procure realizar as suas ofertas formativas de acordo com as necessidades de contexto, e/ou não agilize futuramente um levantamento de dados face às saídas efetivas dos seus ex-alunos.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

O impacto positivo que foi possível aferir através da aplicação dos questionários de satisfação a pais e encarregados de educação, com especial destaque no pré-escolar e 1.º ciclo, mas igualmente com uma expressão significativa nos restantes ciclos, é entendida como o reflexo do empenho e disponibilidade que pessoal docente e não docente, e órgãos de gestão, têm procurado implementar, ao atender às necessidades e expectativas em prol da qualidade do serviço prestado à comunidade efetivando aquela que é a missão a que se propõem: *Proporcionar a cada aluno que frequenta este Agrupamento, uma Educação Inclusiva, independente das diferenças da sua condição socioeconómica, cultural ou outra, permitindo-lhe o acesso a um ensino de qualidade, e contribuindo para a sua formação pessoal e social, preparando-o para enfrentar os desafios do futuro como pessoa, profissional, e cidadão ativo e responsável.*

A valorização dos resultados e desempenhos dos alunos é identificada na sua pluralidade: cognitiva, social, desportiva e artística, como dignificante e, enquanto tal, como efetivo exemplo a marcar o percurso escolar de todos os que frequentam e irão frequentar este Agrupamento de escolas. Nestes quatro anos, essa valorização deu lugar a momentos que procuraram evidenciar as diferentes representações da qualidade dos nossos alunos. Como tal, o reconhecimento do mérito e valor, em contexto e/ou com projeção regional, nacional e internacional, não se colocou como uma evidência meramente formal, contudo, importa reconhecer as diretrizes de um tempo que nos move, marcado pela visibilidade e acessibilidade da comunicação eficaz, o que exige um maior impacto e dinamismo na imagem dos valores que se procuram transmitir. Face ao exposto, a organização de eventos, com os

objetivos/propósitos anteriormente traçados, é reconhecida como devendo integrar o plano de melhoria deste agrupamento.

3.2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

Reconhecendo que é na planificação e articulação efetiva das estratégias de ensino e aprendizagem que se encontra a pedra de toque da qualidade da escola pública, alicerçadas num trabalho colaborativo marcado pela heterosupervisão e autossupervisão, é igualmente convicção nossa de que a capacidade transformadora em muito depende da disponibilidade e do grau de investimento/envolvimento para que tal ocorra. Como tal, e face à meta comum de progredir nas aprendizagens e resultados escolares importa reconhecer a necessidade de abordar o currículo numa visão sistémica, e interdisciplinar, em que a formação contínua de docentes se harmonize com os recursos e estratégias a desenvolver em sala de aula, atendendo às idiossincrasias do público-alvo a que os conselhos de turma possuirão uma perceção privilegiada.

Neste diálogo entre conselhos de turma e grupos disciplinares desenha-se a articulação curricular necessária, a qual foi reconhecida pela autoavaliação nos seus relatórios como devendo integrar as linhas orientadoras que um projeto curricular deveria traduzir, sendo extensível, de um modo concertado, a todo o agrupamento num dimensão vertical e horizontal, face aos seus diferentes ciclos de ensino, e áreas disciplinares, e que a ação dos seus agentes deveria operacionalizar.

Contudo, importa reconhecer que a articulação enquanto processo de sequencialidade e contextualização das aprendizagens requer a participação de coordenações que, sem perder o enfoque nas aprendizagens em sala de aula, trabalham de um modo colaborativo com os seus pares: e.g. o trabalho desenvolvido pelas bibliotecas escolares e/ou pelo gabinete de inclusão e cidadania e que se repercutem em todos os anos de ensino, para além do 1.º ciclo. As iniciativas de solidariedade e responsabilidade cidadã; as iniciativas integradas na *feira da saúde* e em geral no *projeto de educação para a saúde*, e/ou a melhoria do domínio da *literacia da leitura* integrada nos objetivos do plano de melhoria em curso apresentado pelos coordenadores das bibliotecas escolares, são o exemplo de uma interpretação/intervenção em contexto, de modo a propiciar espaços interativos de formação e aprendizagem.

PRÁTICAS DE ENSINO

A formalização sistemática no plano de estudos, e de desenvolvimento do currículo, de uma articulação consistente e consequente, devem surgir como uma tarefa

intencionalmente assumida num plano de melhoria, e previamente identificada na avaliação interna, tal como foi referido nos pontos anteriores, e nomeadamente no ponto referente à *prestação do serviço educativo* com enfoque na formalização de iniciativas de supervisão.

A componente experimental do ensino, e a respetiva relação proactiva face aos pressupostos da metodologia científica, constituem-se como uma tarefa a ser integrada por todos os docentes das componentes afins, e no que se refere ao trabalho laboratorial, importando desenvolver ações conjuntas entre diferentes ciclos de ensino e escolas. O projeto *Cientistas de Palmo e Meio*, criado no ano letivo 2012/13 ao nível do ensino pré-escolar, evidencia a consciência da necessidade de promover competências a partir dos primeiros anos de escola, colocando-se como um dos desafios a que este agrupamento saberá dar resposta, na sequencialidade e articulação pretendidas.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

Este agrupamento de escolas congratula-se com o reconhecimento de todo um trabalho de concertação face às práticas *baseadas em referenciais avaliativos comuns, como a construção conjunta de instrumentos de avaliação diagnóstica, formativa e sumativa e critérios de correção idênticos, de forma a aferir os resultados das aprendizagens dos alunos.*

Importa identificar igualmente que é prática generalizada a realização de testes de acordo com os requisitos das matrizes presentes nos exames ao nível nacional das diferentes disciplinas, sendo igualmente diversificado os instrumentos de avaliação aplicados, tal como testemunham as grelhas de avaliação dos diferentes anos de ensino e grupos disciplinares. O trabalho de pares, e de pesquisa com recurso às tecnologias de informação e comunicação, desempenham estratégias de uma avaliação formativa de *feedback* e *feedforward*, que integrarão futuramente estratégias de melhoria, ainda que sejam práticas comuns a muitos grupos disciplinares e ciclos de ensino (como os seus *relatórios de autoavaliação* e páginas *moodle* evidenciam).

As boas práticas levadas a cabo neste Agrupamento de escolas, e integradas nos seus projetos, são reconhecidas pela AEE, e constituir-se-ão como referências a replicar, nomeadamente no que se refere às diferentes versões do *projeto Alicerces* (o qual segue o modelo em linhas gerais ditado pelo *projeto Fénix*), bem como as práticas de articulação e colaboração levadas a cabo pelo GIC, face à pluralidade de projetos e parcerias que integra. É igualmente de relevar *a diversidade e abrangência das atividades que integram o plano anual com repercussões positivas na formação integral das crianças e dos alunos, e na contextualização do currículo.*

3.3. LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

Em linhas gerais, destaca-se aqui o reconhecimento realizado pela AEE perante a *visão, a missão e o planeamento* [se encontrarem] *definidos nos documentos estruturantes, com vista a propiciar a crianças e a alunos uma educação inclusiva e um ensino e uma aprendizagem de qualidade, e a respetiva evolução relativamente às avaliações externas anteriores.*

Os contributos positivos do conselho geral, gabinete de avaliação interna, e programas internacionais, a par da liderança da diretora, e do trabalho desenvolvido com parcerias como a Câmara Municipal do Montijo e Juntas da Freguesia, acentuam os aspetos positivos sendo de registar a necessidade identificada pela AEE em *incrementar a participação e uma maior corresponsabilização das diferentes lideranças na tomada de decisões atinentes ao desenvolvimento da prestação de serviço educativo com a finalidade de melhorar os resultados escolares, e ainda que seja reconhecida alguma expressão ao exercício da partilha de responsabilidades.*

Sendo o caminho identificado um dos pontos-chave da articulação organizacional e pedagógica, a saber, o exercício de uma verdadeira supervisão a desempenhar pelas lideranças intermédias, importa que o reconhecimento dessa função estratégica a assumir pelos pares, pelos próprios, e pelos órgãos de gestão, implique uma linguagem e uma perceção que se pretende comum ao Agrupamento.

GESTÃO

Os constrangimentos reconhecidos ao nível dos recursos materiais, nomeadamente ao nível da educação pré-escolar e 1.º Ciclo, certamente implicarão uma concertação de esforços a que as diferentes instituições e organizações político-sociais procurarão dar resposta. A gestão de recursos humanos, docentes e não docentes, e a respetiva formação, colocam-se igualmente como um desafio a assumir de um modo continuado.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

Este Agrupamento de escolas congratula-se igualmente em ver reconhecidos pela AEE todo o trabalho desenvolvido no sentido de superar aquele que se constituía igualmente como um ponto fraco, e considerar que *o processo de autoavaliação está devidamente estruturado e apropriado pela comunidade educativa como o demonstram os relatórios de autoavaliação elaborados pelos diferentes órgãos e estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, sendo o diagnóstico realizado pelo Gabinete de Avaliação Interna realizado com a utilização de uma*

metodologia diversificada de recolha de informação e com a participação de toda a comunidade educativa, possibilitando a sistematização de dados úteis ao desenvolvimento organizacional.

A legitimação do trabalho desenvolvido, efetivado pela AEE, é paralela à necessidade de monitorizar os planos de melhoria realçada por esta entidade. Contudo, e ainda que o GAI assuma o papel de contribuir para a autorregulação a partir da meta-avaliação que promove pelos relatórios produzidos, e que procuram contribuir para o *empowerment* e respetiva qualidade do Agrupamento, caberá a cada estrutura educativa a planificação, implementação e avaliação a realizar a partir das competências, contextos de atuação, e áreas colaborativas.

O *desenvolvimento sustentado do Agrupamento* supõe a coparticipação e a corresponsabilidade de todas as estruturas educativas, o que invalida a *escusa* na construção e implementação de planos de melhoria, bem como o apelo a funções substitutivas a levar a cabo por outrem, naquela que é a função primeira e última inerente à profissionalidade: a qualidade do processo ensino-aprendizagem-avaliação.